

TÁ NO ACORDO TEM FORÇA DE LEI

Com a reforma trabalhista os direitos dos trabalhadores estão em xeque. Além de modificar várias leis da CLT que garantiam direitos trabalhistas, a reforma determinou a prevalência do negociado sob o legislado. Com tudo isso, no caso dos bancários, a maior garantia para manter esses direitos é a Convenção Coletiva de Trabalho, que foi assinada ano passado e vale até agosto do próximo ano. O que foi acordado é o que vale. Portanto, é fundamental a continuidade da luta para que os bancários não percam nenhum direito conquistado. A luta para manter e fortalecer nosso acordo tem que ser desde já.



Protestos contra a Reforma trabalhista

pág. 2

Seminário em SBC sobre nova legislação

pág. 2

Negociação frustrada na Caixa

pág. 2

Ação VT Bradesco



pág. 3

Assédio Moral no Santander

pág. 3

Lucro BB

pág. 3

Projeto de Segurança em Santo André

pág. 4

Brasileiros rejeitam Temer

pág. 4

Reformas

Reforma começa com protesto, punição a trabalhador e dúvidas

Mudança na legislação trabalhista teve início no último dia 11

A reforma trabalhista começou a valer no último 11 de novembro, mas parte de seu conteúdo já é questionado pelo Supremo Tribunal Federal. Isso não impediu, porém, que logo no primeiro dia de vigência um juiz da Bahia determinasse a um trabalhador o pagamento de R\$ 8,5 mil por “litigância de má-fé e custas”, numa ação que movia por conta de assalto sofrido a caminho do trabalho.

Cobrar do trabalhador uma “multa” quando julgar que há má-fé na reivindicação levada à Justiça é um dos itens da reforma. Francamente favorável aos empresários, a legislação aprovada em julho altera 117 dos 900 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), piorando as condições de trabalho para os assalariados.

No entanto, alertam especialistas, só depois dos primeiros meses de vigência será possível entender de fato o que a lei permite ou não. “Ainda não dá para saber o



que 'vai pegar'”, afirmou à BBC Brasil Patrícia Pelatieri, coordenadora de pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Protestos – Na sexta, 10, foi realizado protesto nacional contra a nova legislação trabalhista. No Grande ABC, o Sindicato promoveu atos nas sete cidades que formam a região, conversando com bancários e população e distribuindo material informativo. Os diretores sindicais também participaram da manifestação na capital paulista, com concentração na Praça a Sé.

“Essa reforma só benefi-

cia os grandes empresários e patrões. Nesse momento de gravidade, portanto, é fundamental que os bancários e trabalhadores das demais categorias se unam e se organizem junto com seus sindicatos, para poder reagir e se defender desses ataques”, aponta o presidente do Sindicato, Belmiro Moreira.

ACT - A categoria bancária tem acordo coletivo de trabalho assinado (ACT) assinado com a federação dos bancos por dois anos; ou seja, a validade segue até setembro de 2018. Mesmo assim é preciso estar atento e denunciar qualquer tentativa das empresas em burlar o ACT.

Caixa

Banco frustra negociação

Sem garantia de emprego não há acordo. A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/ Caixa) rejeitou ainda na mesa de negociação, realizada no dia 9 passado, a proposta da direção do banco para alterar o modelo de custeio do Plano de Saúde Caixa.

A reunião deveria debater a garantia de empregos e de incorporação de função, que representa estabilidade de remuneração dos trabalhadores, e a assinatura do Termo de Compromisso entregue em 26 de outubro e que protege os empregados dos malefícios da Reforma Trabalhista. No entanto, a Caixa mudou sua estratégia, negou todas essas garantias.

“Os trabalhadores tiveram disposição de negociar, mas a direção do banco e o governo se mostraram intransigentes, travando qualquer avanço”, avalia Jorge Furlan, membro da comissão de empregados e diretor sindical. Para os representantes dos empregados pre-

sentes ao encontro, a postura da Caixa é desrespeitosa, porque o Termo de Compromisso, a garantia de empregos e das funções dos empregados da Caixa representam conquistas e lutas históricas da categoria bancária durante décadas.

RH 151 - Depois de serem desrespeitados em mesa de negociação, os empregados da Caixa foram surpreendidos no dia 10, com mais um ataque da direção do banco: a revogação do RH 151, que versa sobre a incorporação de função. O banco faz esse movimento um dia antes da vigência da nova lei não podendo alegar o objetivo de se adequar à Reforma Trabalhista.

A Contraf-CUT buscará medidas cabíveis para assegurar na Justiça os direitos dos trabalhadores que já fazem parte do contrato de trabalho.



Seminário em São Bernardo discute a nova legislação

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC promoveu na segunda, 13, o seminário “O Dia seguinte à Reforma Trabalhista”. O objetivo do encontro, do qual também participaram representantes do nosso Sindicato, foi tentar compreender melhor a reforma para qualificação das ações de resistência, enquanto não se conquista a anulação da nova lei.

Para o desembargador Federal do TRT-SP, Davi

Furtado Meirelles, um dos palestrantes, a Justiça do Trabalho precisa ter lado, já que “foi criada para defender os direitos dos trabalhadores”. Ele alertou que muitas empresas vão tentar utilizar de sindicatos pouco representativos para fazer acordos e retirar direitos de seus empregados. “

Vocês são o carro-chefe do movimento sindical no Brasil. Se aqui no ABC não tiver reação, não sei o que vai ser”, destacou, lembrando

do que será preciso formar jurisprudência a favor dos trabalhadores e que esses estejam nas ruas para garantir direitos. “Depois de certo tempo deverá haver uma jurisprudência mais consolidada que, espero, não seja prejudicial à tão sofrida classe trabalhadora”, afirmou.

Também participaram da mesa a senadora e presidenta do PT nacional Gleisi Hoffmann; o presidente da CUT, Vagner Freitas, e Sofia



Vilela de Moraes e Silva, procuradora do Trabalho, além dos representantes daquele Sindicato Wagner Santana, presidente, e Michelle Silva Marques,

secretária de Formação. A cobertura completa do evento está disponível no site do Sindicato – www.bancariosabc.org.br

Bradesco

Bancários do Bradesco recebem ação do VT

Pagamento foi realizado até o último 10 de novembro

Mais de mil trabalhadores do Bradesco receberam o pagamento da ação do vale-transporte nos dias 6, 8, 9 e 10 de novembro. Por envolver uma quantidade grande de pessoas (exatamente 1.039), as datas foram divididas de acordo com a ordem alfabética de nomes. O pagamento ocorreu na sede social do Sindicato.

O banco foi condenado a devolver os valores do vale-transporte desconta-

dos a mais no período entre setembro de 2006 a maio de 2015. O Sindicato ingressou com uma ação coletiva em nome de todos os sócios no mês de 09/2011, já que na época foi constatado que o banco fazia o desconto do vale-transporte de forma irregular.

A ação foi julgada procedente em todas as instâncias. O banco foi condenado a devolver os valores descontados a mais dos últimos 5 anos até quando passasse a recolher os valo-

res corretos, o que ocorreu somente a partir do mês 06/2015. Assim, os trabalhadores receberam as diferenças desde 09/2006 a 05/2015.

Quem entrou no banco depois de 09/2011 não teve direito ao pagamento nesta ação. O Sindicato ingressou com uma nova ação judicial em abril deste ano para os sócios. A ação já foi julgada procedente em primeira instância, mas o banco recorreu, então será necessário aguardar.



Centenas de pessoas passaram pela sede social do Sindicato nos quatro dias de pagamento da ação do VT

Santander

Sindicato cobra e regional São Bernardo garante que vai casos de assédio moral não vão mais ocorrer

Entidade recebeu várias denúncias e procurou o banco, que pediu 20 dias para resolver problema

Os diretores do Sindicato Rafael Lara e Itamar Batista reuniram-se com representantes da regional São Bernardo do Santander no último dia 6 para cobrar providências a casos de assédio moral que vinham sendo denunciados pelos bancários. Os relatos incluem humilhações, cobrança abusiva de resultados, envio de e-mails para pressionar, ligações e atividades fora do horário de expediente e até mesmo o uso de tom ameaçador na hora de questionar o trabalhador.

“Nós apresentamos os problemas e lembramos que há um código de conduta do banco e acordo

coletivo com itens que impedem esse tipo de cobrança abusiva”, explica o diretor Rafael. Segundo os diretores, após a conversa o representante da regional pediu prazo de 20 dias para resolver o problema. “É importante que durante esse período os bancários fiquem atentos e denunciem se houver a ocorrência de novos casos”, destaca Itamar, acrescentando que, mesmo após o encerramento do prazo, o Sindicato estará à disposição para ouvir os trabalhadores. As denúncias, portanto, podem ser feitas a qualquer momento, de forma anônima, ou diretamente ao diretor sindical.



O sigilo do denunciante sempre será mantido.

O nível de descontentamento dos bancários na regional é grande e há até aqueles que falam em deixar o emprego. Uma denúncia sobre essa situação chegou a ser feita também ao Ministério Público (MP), que instaurou inquérito civil. “Nós priorizamos o diálogo, mas também temos que manter nossa união e organização para resistir e reverter esse quadro. Esperamos que as providências ocorram no prazo previsto”, aponta Rafael.

Banco do Brasil

Lucro e desmonte

O Banco do Brasil registrou lucro líquido ajustado de R\$ 7,9 bilhões entre janeiro e setembro de 2017, crescimento de 45,1% no período. O resultado foi impactado pelo aumento das rendas de tarifas, redução das despesas administrativas e de provisão.

No período o banco eliminou 9.854 postos de trabalho e fechou 559 agências.

As receitas de tarifas e serviços cresceram 9,9%. Apenas com essa receita o BB cobre toda a sua despesa de pessoal – inclusive PLR. A rentabilidade do BB subiu para 10,8%.

Crédito – A carteira de crédito ampliada apresentou redução de 7,9%. A carteira de crédito PJ redução de 15,5%, influenciada pelo decréscimo nas operações de capital de giro (11,5%) e de R\$ 13,6 bilhões em Títulos de Valores Mobiliários privados e garantias (25,6%).

A carteira Pessoa Física orgânica, cresceu 1,2%, fruto do desempenho positivo em crédito consignado e da alta de 6,1% do financiamento imobiliário. A carteira agronegócios apresentou desempenho positivo de 0,8%. O índice de inadimplência alcançou 3,94% em setembro de 2017.

“A despeito de apresentar um lucro altíssimo e resultados ainda expressivos, analisando a fundo o balanço e as decisões do governo em relação ao BB, nos deparamos com uma empresa pública em franca desconstrução rumo a privatização”, critica Otoni. “O BB abre mão de suas vantagens estratégicas, fecha agências, impede o acesso de clientes e usuários e transforma seu atendimento em digital à custa da insatisfação de muitos clientes, a preocupação em ser um “case” é maior que a com perenidade dos negócios.”

Bancos Públicos - A IV Reunião da Aliança Latino-americana em Defesa dos Bancos Públicos, promovida pela Uni Américas Finanças, será realizada nesta semana entre os dias 14 e 15 de novembro, seguida da Jornada Latino-americana pela Democracia e contra o Neoliberalismo, entre os dias 16 e 18.

Neoliberalismo - Já a Jornada Latino-americana pela Democracia e contra o Neoliberalismo, também no Uruguai entre os dias 16 e 18, pretende ser um espaço de confluência de diferentes expressões organizadas de todo o continente, reunindo mulheres, jovens, indígenas, camponeses, intelectuais, ativistas para a diversidade sexual e sindicalistas em uma agenda comum que priorize a defesa da democracia, soberania e integração dos povos. Saiba mais em <http://jornadacontinental.org>

Fies - O Senado aprovou no último dia 8, por 49 a 18, a medida provisória (MP) 785/17, que reformula o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Entre as principais mudanças, está a exigência, já para 2018, de adesão das faculdades interessadas a um fundo de garantia, além do pagamento das parcelas do financiamento pelo estudante logo após o término do curso. Aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 34/17), segue para sanção presidencial.

Cassi - Sustentabilidade e direitos em saúde foram os desafios debatidos pelos funcionários do Banco do Brasil em SP na última sexta, 11, durante a IX Conferência Estadual de Saúde, com o tema: Cassi - O Desafio do Modelo de Atenção Integral à Saúde. Durante o encontro também tomou posse o Conselho de Usuários para gestão 2017/2019.

Segurança

Câmara de Santo André aprova projeto de segurança bancária

Projeto foi apresentado pela vereadora Bete Siraque (PT) por indicação do Sindicato

A Câmara de Santo André aprovou no último dia 9, em segunda discussão, o projeto de lei 223/17, que trata da segurança bancária e foi apresentado pela vereadora Bete Siraque (PT, foto) com a colaboração do Sindicato dos Bancários do ABC. A aprovação ocorreu por unanimidade e agora o prefeito poderá sancionar ou vetar o projeto, num prazo de aproximadamente 40 dias.

O projeto é similar ao que foi aprovado também na cidade de Ribeirão Pires, tornando obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e postos de serviços das

instituições financeiras do município.

“Os investimentos feitos pelas instituições para a melhoria da segurança têm sido insuficientes e não à altura dos lucros acumulados em seus balanços. Isso tem que mudar”, destaca texto do PL.

A vereadora comemorou a aprovação da proposta apresentada mediante indicação do Sindicato e acrescentou que espera, assim, “poder contribuir com a segurança dos bancários e usuários dos postos e agências bancárias andreenses”. A aprovação também é destacada pelo presidente do Sindicato, Belmiro Moreira, lembrando que há



anos o movimento sindical reivindica mais segurança nas agências e postos bancários, cujos trabalhadores e usuários são vítimas de assaltos e sequestros. “Não

há nada mais valioso do que a vida das pessoas. Os bancos ganham milhões, e têm de investir em segurança de forma ampla e efetiva”, apontou.

Pesquisa

Brasileiros não votarão defensores da reforma trabalhista e rejeitam rumos do governo Temer

Pesquisas Vox Populi revelam que para 84% País está na direção errada; 79% rejeitam deputados reformistas e só 3% aprovam presidente

Dois pesquisas feitas pelo Instituto Vox Populi-CUT revelam que os brasileiros estão totalmente insatisfeitos com o governo Temer e com a reforma trabalhista, que entrou em vigor no sábado passado. Uma delas é um alerta aos deputados que aprovaram a mudança: 79% dos entrevistados declararam que não votarão neles, uma resposta que por certo virá nas urnas em 2018.

De acordo com esse estudo, oito em cada dez bra-

sileiros não votarão nesses deputados. “A grande maioria dos parlamentares está no Congresso Nacional para defender os próprios interesses e não os direitos dos trabalhadores”, denuncia o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Fora, Temer! – O outro estudo feito pelo instituto Vox-Populi reforça o pedido das ruas: o presidente Temer tem ridículos 3% de aprovação, e a maioria dos brasileiros (84%) considera que o Brasil segue na direção

errada neste governo.

“A Ponte para o Futuro de Temer, que deveria, segundo a apresentação no site do PMDB, preservar a economia brasileira e tornar viável o desenvolvimento do país, está gerando só aumento da fome e desemprego, do gás, das contas de luz e da gasolina, além de lucros e benefícios para os empresários que financiaram o golpe”, afirma o presidente da CUT, Vagner Freitas.

O diretor do Instituto Vox Populi, Marcos Coim-

bra, concorda com a avaliação do presidente da CUT. Segundo Coimbra, “a pesquisa mostra que a grande maioria da população não aprova o governo e rejeita sua agenda”. Ele lembra que, depois do golpe, “não durou nem 30 dias a esperança de que o governo Temer pudesse trazer alguma melhora para o País”. “De lá para cá, o que era ruim piorou”, conclui.

Veja mais detalhes da pesquisa no site do Sindicato - www.bancariosabc.org.br